



Aprendizados, experiências e resistências na praxis da Educação em Agroecologia no Nordeste do Pará

Henderson Gonçalves Nobre¹; Antônia Taiara de Souza Reis²; Aparecida Hurtado Soares³; Carolina Simões dos Santos⁴; Daiane Silva Oliveira⁵; Diego Urubatan Andrade de Alcântara⁶; Francisca Kleubia Nascimento da Silva⁷; Francisco Sérgio Neres da Silva⁸; José Sebastião Romano de Oliveira⁹; Leidiane de Oliveira Lima¹⁰; Paulo Renato Benevides¹¹; Raimundo Marly Carvalho de Farias Neto¹²; Ruth Kerlen Rodrigues de Sousa¹³.

¹ Graduado em Agronomia (UFMT), Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar) e Maestría em Agroecologia (UNIA/Espanha); Docente do NEA UFRA Capitão Poço; ^{2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13} Estudante de Agronomia e bolsista do NEA UFRA Capitão Poço; ^{3, 8} Técnica/o do NEA UFRA Capitão Poço; ⁵ Estudante de Eng. Florestal e bolsista do NEA UFRA Capitão Poço; ⁹ Graduado em Geografia, mestrado em Agriculturas Amazônicas (UFPA) e doutorado em Ciências Agrárias (UFAM), Docente do NEA UFRA Capitão Poço.

Resumo: Este trabalho busca analisar os princípios, avanços e desafios das ações de Educação em Agroecologia desenvolvidas pelo Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia - NEA da Universidade Federal Rural da Amazônia/Campus Capitão Poço. O NEA hoje atua em estreita relação com diferentes atores sociais da agricultura familiar no nordeste do Pará, desenvolvendo um processo continuado e participativo de construção do conhecimento com foco na Agroecologia. Esta construção alia o conhecimento acadêmico e o popular na busca de soluções para os principais gargalos produtivos e organizacionais destas comunidades rurais, buscando alternativas transformadoras que caminhem para o desenvolvimento sustentável da sociedade em geral, ao mesmo tempo que proporciona uma formação holística e com compromisso socioambiental aos profissionais formados na universidade.

Palavras chave: diálogos, saberes, experiências, universidade.

Introdução

Historicamente, a população amazônica, caracterizada por populações indígenas, ribeirinhas, agricultores tradicionais, seringueiros, e outros grupos étnicos, desenvolveu um sistema de coexistência com a floresta, e dela retiravam os bens necessários para viver. Porém, com a expansão de políticas



públicas, que tinham como objetivo "integrar" a Amazônia ao cenário político e econômico nacional, a complexidade destas relações socioculturais e dos modos de fazer agricultura pelas populações tradicionais, muitas vezes desprezadas e desvalorizada pela visão tecnicista de construir ciência e tecnologia, foi colocada a margem das estratégias de desenvolvimento pautadas pelo Estado (CLOVIS CAVALCANTE, 1994).

O reflexo desta estratégia desenvolvimentista adotada nas últimas décadas vem se caracterizando pela gradual transformação da identidade amazônica, dando lugar a processos de degradação e de perda de sua funcionalidade como reguladora do clima no continente (NOBRE, 2014). A agricultura dita "moderna" vem avançando floresta a dentro, substituindo os sistemas de produção e de relações socioculturais camponesas mais resilientes, pela frágil monoculturação dos agroecossistemas, promotora da degradação dos recursos naturais.

Para contrapor esta dita modernização e sem perder o caráter de moderno, a Agroecologia se apresenta como alternativa para promover mudanças com bases em desenvolvimento mais sustentável na região amazônica, e para tal, se faz necessário fortalecê-la como estratégia de se fazer agricultura, e de induzir ações transformadoras do cenário atual (SÁ e SILVA, 2014). Tal como as várias experiências já identificadas, sistematizadas e até mesmo georreferenciadas, como exemplo o caso dos "agricultores inovadores" no Polo Rio Capim na mesorregião Nordeste Paraense, que já praticam os Sistemas Agroflorestais há centenas de anos, conforme Oliveira et al. (2010).

A Agroecologia é aqui entendida como a ciência transdisciplinar que utiliza conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporcionando as ferramentas teóricas e práticas necessárias para a transição da agricultura convencional para outra mais ecológica e menos impactante, passando pelo redesenho dos agroecossistemas de modo que os mesmos alcancem seu equilíbrio dinâmico (ALTIERI, 2002; GLIESSMAN, 2009; SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Segundo Guzmán Casado et al. (2000), a Agroecologia é vista em seu sentido mais amplo como uma matriz tecnológica que requer, ao menos, a articulação de três componentes básicos: o técnico-



agronômico, modelado desde uma perspectiva ecológica; o sociocultural, contemplado desde uma perspectiva histórica; e o político, construído através do projeto de busca da igualdade. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade rural, a organização comunitária, e os demais marcos de relações sociais rurais articulados em torno da dimensão local, no qual se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno que permite potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural (GLIESSMAN, 2009).

Desta forma, acompanhando a expansão na construção do conhecimento agroecológico em nível nacional, na Amazônia a Agroecologia proporciona um campo de possibilidades para transformar os sistemas de uso atual da terra, buscando soluções para os problemas reais e cumprindo com o papel de promover a sustentabilidade da agricultura na Amazônia brasileira (SÁ e SILVA, 2014).

O Território do Nordeste Paraense é uma das mais antigas áreas de colonização Amazônica, oriundas das expedições exploratórias dos portugueses no interior do Estado durante os tempos da Colônia via os cursos dos rios Guajará, Guamá e Capim. Este é o mais populoso dos Territórios do Estado do Pará, com aproximadamente 500 mil habitantes em 49 municípios, onde predomina a população rural, dentre elas comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e de assentamentos de reforma agrária.

Mesmo sendo a região mais antiga do Pará, as estratégias pautadas no difusionismo tecnológico não deram conta de proporcionar à população do território o desenvolvimento de suas potencialidades, e como consequência, tem se na região, baixos índices de desenvolvimento humano (ex: Capitão Poço IDH 0,615, Garrafão do Norte IDH 0,578, Irituia IDH 0,674, Santa Luzia do Pará IDH 0,594), resultado do pouco acesso às políticas públicas promotoras de desenvolvimento rural, e da estratégia equivocada de uso desenfreado dos recursos naturais (CODETER, 2006).

A manutenção dos agricultores depende basicamente do extrativismo de açazais nativos nas áreas ribeirinhas; e na derruba, queima e plantio de roçados de milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*) nas áreas de terra firme; proporcionando desta forma pouca diversidade, baixa estabilidade e produtividade dos cultivos dos agricultores familiares. Ademais, o



baixo nível organizacional por parte das comunidades rurais, dificulta a cobrança ao acesso às políticas públicas hoje disponíveis à agricultura familiar (crédito, compras institucionais e assistência técnica).

É neste cenário que se insere o Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia - NEA da UFRA/Capitão Poço criado em dezembro de 2012, com a proposta de articular a construção do conhecimento acadêmico construído dentro dos muros da universidade com o conhecimento tradicional e empírico acumulado nas comunidades rurais. Utilizando dos princípios da Agroecologia, a equipe do NEA buscou visibilizar e potencializar as estratégias produtivas e organizacionais desenvolvidas pelos agricultores/as da região, agregando aportes de conhecimento agroecológico acumulado em outras experiências do estado e do país.

Ao conciliar uma formação mais holística, e o despertar de um olhar além da técnica aos estudantes, o NEA vem diminuindo a distância entre o que se aprende dentro da universidade, e o que é praticado pelos agricultores. Ao mesmo tempo, dando respostas concretas aos principais gargalos enfrentados pelos agricultores em questão.

Entre as ações desenvolvidas pelo NEA tivemos, em um primeiro momento, a realização de diversos diagnósticos para identificar e aprofundar na realidade da agricultura familiar da região, identificando lacunas de conhecimento, e de demandas organizativas. Foi assim, no Assentamento de Reforma Agrária Carlos Lamarca, que homologado em 2010, ainda nos dias atuais não acessaram políticas de fomento, habitação, acesso à água, energia e assistência técnica. Também juntamente aos agricultores periurbanos de Capitão Poço, que em pequenos quintais obtinham sua manutenção na produção de hortaliças e careciam de conhecimentos básicos de nutrição das plantas, e controle de insetos e patógenos, bem como de uma estratégia de organização e comercialização que valorize sua produção.

De igual forma, se deu em mais de 15 associações organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garrafão do Norte, que congregam remanescentes de quilombos, ribeirinhos, assentados, agricultores tradicionais e de colonização, e mesmo num processo coeso de organização, ainda carecem de uma estratégia produtiva que lhes garanta autonomia, segurança alimentar e sustentabilidade.



Outro exemplo, são as aldeias da terra indígena Tembé, que demandavam no manejo dos açaiçais nativos a manutenção da sua alimentação e aumento da produção para comercialização, e assim terem uma alternativa à supressão das poucas áreas de floresta primária da região.

Igualmente na Cooperativa dos Produtores Familiares Irituienses – D’Irituia, que com cerca de 65 agricultores/as familiares, e estando em um processo ascendente de organização social, via na formação dos jovens uma das preocupações no processo de sucessão de seus cooperados.

Situações como estas e outras mais, pautaram as ações do NEA, que em quase 4 anos, construiu centenas de espaços de formação e capacitação em Agroecologia como cursos, dias de campo, oficinas e seminários, capacitando cerca de 1000 agricultores diretamente e beneficiando indiretamente mais de 5000 pessoas.

Também proporcionou dezenas de intercâmbio de experiências que serviram para romper o paradigma do roçado de derruba e queima e vislumbrar a possibilidade de utilização dos sistemas agrofloretais como estratégia produtiva e de conservação do bioma amazônico. E para tal implantou-se 17 áreas demonstrativas, de observação e/ou experimentação, que vem servindo de referência e inspiração a diversos agricultores a mudarem seus sistemas produtivos.

O NEA atua e está presente, em diferentes níveis, e vem estimulando a organização social de mais de 30 comunidades rurais. Potencializando a organização de grupos de mulheres agricultoras, construindo canais curtos de comercialização de hortaliças, articulando e sendo o incentivador da feira da agricultura familiar e economia solidária do município de Capitão Poço, e fomentando o acesso às políticas públicas como PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. E por último, e não menos importante, vem qualificando a formação direta de mais de 30 estudantes de graduação, ao longo destes quatro anos, e sensibilizando centenas de estudantes na UFRA/Capitão Poço para a necessidade de um novo olhar para o desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, este trabalho apresenta uma breve reflexão coletiva das diversas ações de Educação em



Agroecologia, já desenvolvidas ou em desenvolvimento pelo NEA, ressaltando nossos aprendizados, ensinamentos, resistências e também as dificuldades de se construir a Agroecologia no nordeste do Pará. Processo este contínuo e ascendente que nestes poucos anos vem mostrando que é possível fazer frente e dar respostas a décadas de exclusão e ausência de apoio à estruturação, organização e formação para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis na Amazônia paraense, bem como a partir da relação indissociável entre ensino/pesquisa/extensão formar profissionais comprometidos nesta construção.

Descrição e reflexões sobre a experiência e o diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia

O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar e Agroecologia – NEA, da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA/Campus de Capitão Poço, utiliza como estratégia metodológica de atuação, um conjunto de ferramentas participativas que vêm encontrando ampla base de sustentação no meio acadêmico, por seu caráter integrador entre as diversas disciplinas científicas, entre os atores envolvidos, e também entre as formas de conhecimento acadêmico ou popular tradicional.

Porém, essas ferramentas não são utilizadas como modelos ou pacotes a serem implementados, mas sim utilizadas como princípios norteadores adaptando-as a cada realidade, levando em consideração fatores como tempo, equipe, condições locais, características sociais, econômicas e ecológicas, sistemas de interesse envolvidos, objetivos da pesquisa, entre outras (FREIRE, 1983; VERDEJO, 2006). Deste modo, as metodologias utilizadas contribuiram para o processo de aprendizagem individual e coletivo através da partilha, busca por conhecimento e ações práticas, fazendo com que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estejam presentes no processo de construção, adaptação, validação e transformação do conhecimento agroecológico.



Em sua atuação no Nordeste Paraense, com foco na microrregião do Guamá, nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Garrafão do Norte, o NEA compreende e incorpora a concepção de “Território” que vai além da localização geográfica; mas que também reconhece e valoriza a cultura e costumes locais, a identidade dos povos que nele habitam e o seu sentimento de pertencimento à terra. Esta leitura da realidade territorial feita pelos integrantes do NEA contribui para o reconhecimento e a construção de uma relação de confiança entre os atores envolvidos nas ações educativas do NEA.

Outro importante princípio norteador das ações do NEA é a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, e o diálogo com os diversos públicos da Agricultura Familiar, ressaltando o papel da universidade em dar uma resposta às demandas da sociedade e, principalmente, construir conhecimento que contribua no desenvolvimento sustentável da região onde está inserida. Para uma melhor gestão das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia, estas estão organizadas em Grupos de Trabalho - GTs, conforme descrito:

I. Relações de Gênero: trabalha as relações sociais de gênero junto às comunidades rurais, pautando principalmente na organização social e produtiva das mulheres agricultoras.

II. Produção Vegetal: este GT trabalha com os sistemas agroflorestais e suas diversas configurações, com a produção de mudas e essências florestais, com o estímulo a diversificação produtiva e integração de sistemas de produção, e a transição dos sistemas convencionais para sistemas ecológicos. Também tem uma frente de trabalho na agricultura urbana e periurbana apoiando tecnicamente os agricultores e agricultoras de pequenas hortas urbanas e periurbanas, como estratégia de geração de renda e garantia da segurança alimentar.

III. Manejo e conservação do solo, adubos e adubação orgânica: aqui o foco se dá através do manejo ecológico dos solos, a utilização de resíduos de culturas para produção de adubos alternativos, produção de compostos e biofertilizantes e também utilização de espécies leguminosas para adubação verde.

IV. Economia Solidária e Políticas Públicas: este GT trabalha a mobilização social das comunidades



organizadas em associações e cooperativas e suas relações com as cadeias de comercialização, canais curtos de comercialização e a organização da Feira da Agricultura Familiar, bem como a interação com as principais políticas públicas, como o PAA e o PNAE.

Os eixos temáticos interagem entre si de acordo com a necessidade e contexto de cada comunidade trabalhada, reforçando com isso o papel da inter, multi e transdisciplinaridade e interação entre as diferentes áreas do conhecimento. E para dar conta desta diversidade temática, bem como somar esforços, tanto de infraestrutura como de recursos humanos, o NEA dialoga no sentido de potencializar as convergências e avançar com o debate da Agroecologia junto das instituições parceiras; onde podemos destacar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Garrafão do Norte e Capitão Poço - STTR, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do PA - EMATER, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará - ADEPARÁ, a Organização das Cooperativas Brasileiras no estado do Pará – OCB/PA, a REDE Amazônica de Núcleos de Agroecologia - R-NEA, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, a Universidade Federal do Pará - UFPA, a Igreja Católica, os Centros Acadêmicos estudantis da UFRA, a Cooperativa D'Irituia e diversas organizações sociais dos agricultores/as.

Alguns eixos temáticos funcionam como temas transversais, balizando todas as outras ações do NEA. Dentre eles o GT Relações de Gênero, o qual promove, organiza e estimula o debate e as ações tanto com os agricultores e agricultoras, como com os estudantes para uma maior sensibilização sobre a temática. Desta forma fortalecendo o princípio de que *“Sem Feminismo não há Agroecologia”* (SILIPRAND, 2009). A valorização dos saberes das mulheres e a visibilização do seu trabalho, contribuiu para potencializar a o papel das agricultoras na garantia da segurança e soberania alimentar de suas famílias, bem como na organização das mesmas, e na geração de empoderamento e autonomia



financeira e pessoal.

O trabalho do GT de Economia Solidária também permeia todas as outras ações, pois a valorização, diálogo e estímulo às organizações dos agricultores (associações, cooperativas e movimentos sociais) deve ser o princípio de qualquer trabalho em Educação em Agroecologia. Não basta ter o domínio das tecnologias de produção sustentáveis e não potencializar a organização e empoderamento dos atores sociais.

Muitos casos de sucesso e insucesso nas experiências construídas pelo NEA se dão pela capacidade de organização das comunidades ao qual são desenvolvidos os trabalhos. Por isso, a estratégia de criação dos grupos e coletivos de agricultores na construção das experiências em Agroecologia, além de otimizar recursos humanos e financeiros, tem como objetivo principal o fomento à organização dos agricultores/as.

Como principal resultado do GT de Economia Solidária temos a organização da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que acontece semanalmente no centro de Capitão Poço. Esta iniciativa é fruto de uma demanda dos agricultores/as identificada na fase de diagnósticos realizada no território. Para a construção da Feira foram realizadas diversas reuniões entre o NEA/UFRA, STTR Capitão Poço, EMATER, FUNAI e agricultores/as, que conseguiram inaugurá-la na Semana Acadêmica do campus da UFRA Capitão Poço em 2015 e manteve a sua realização mensal no campus. Depois de alguns meses, visando uma maior visibilidade e periodicidade da Feira, esta passou a ser realizada semanalmente no centro de Capitão Poço, e hoje consiste em um importante espaço de comercialização, trocas, e mobilização gestado de forma autônoma pelos agricultores/as de diversas comunidades e municípios próximos.

Os trabalhos desenvolvidos pelo NEA são resultantes dos Diagnósticos Participativos realizados em 2013, junto aos agricultores familiares, agricultores urbanos e periurbanos e organizações sociais dos municípios de Capitão Poço, Irituia e Garrafão do Norte. Estes procuraram a universidade em busca de informação, auxílio e de alternativas para potencializarem seus sistemas de produção e de estratégias



mais sustentáveis que garantissem não só renda, mas também sua soberania e segurança alimentar.

Ao encontro a estes anseios, o NEA se baseou em uma estratégia de sensibilização que permeava o intercâmbio de experiências dos agricultores/as onde se iria iniciar um trabalho juntamente à experiências já consolidadas; pois o impacto de um diálogo de agricultor para agricultor vem se mostrando mais eficaz neste início de processo. Planejamentos participativos foram realizados com os grupos e organizações e um plano de ação construído, onde em geral, passava pela construção de uma UD de sistema de produção ou processo em Agroecologia. Assim, se começou um trabalho com foco na produção de mudas de espécies nativas ou exóticas frutíferas ou madeiráveis, produção de hortaliças agroecológicas, criação de galinha caipira e implantação de sistemas agroflorestais. No total foram construídas 17 Unidades Demonstrativas - UDs nos lotes/propriedades dos agricultores ou em áreas coletivas.

O primeiro viveiro coletivo, foi construído em 2013, no Assentamento Carlos Lamarca, município de Capitão Poço e serviu de inspiração para a construção de mais quatro viveiros coletivos localizados nas comunidades Galileia, Jericó, Livramento e Reverso do município de Garrafão do Norte. Estes quatro últimos foram construídos já no ano de 2015 e contaram com a participação de 67 agricultores. Vale destacar que a parceria com o STTR de Garrafão do Norte foi fundamental para a organização destes coletivos, pois eles contribuíram na mobilização dos grupos, e com parte do apoio aos insumos necessários. Cada um destes viveiros tem a capacidade média para 15 mil mudas, que seriam destinadas para o plantio de sistemas agroflorestais, bem como a comercialização dos excedentes.

Em 2014 deu-se início à organização e construção do “Coletivo da Horta” com cerca de 15 mulheres do assentamento Carlos Lamarca. O grupo passou por diversos altos e baixos em seu processo organizativo e produtivo. E atualmente estão empenhadas/os nos trabalhos do “Coletivo da Horta” 6 agricultoras/es que tem como foco a comercialização na Feira da Agricultura Familiar e Solidária em Capitão Poço.

As primeiras UDs em Sistemas Agroflorestais, foram implantadas no primeiro trimestre de 2015, sendo



uma na área experimental do NEA/UFRA Capitão Poço, outra no lote do Sr. Pedro no assentamento Carlos Lamarca, na propriedade do Sr. Machado na comunidade do Argola em Garrafão do Norte, e por último na propriedade do Sr. Fernando, membro da Cooperativa D'Irituia.

No final de 2015 deu-se início a construção do “Coletivo de Galinha Caipira”, no assentamento Carlos Lamarca em Capitão Poço; este coletivo foi demandado pelo grupo de mulheres do assentamento, mas contaria com a participação de homens e mulheres. O planejamento, organização e execução desta atividade ficou sob responsabilidade do GT de Relações de Gênero em parceria com o NEA do IFPA Castanhal. Este coletivo contemplou 12 agricultoras/es e se constitui em um espaço de construção do conhecimento e formação para os agricultores que participam do coletivo, e pontualmente para os que optaram em não participar. Inicialmente o coletivo está comercializando ovos caipiras na Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Capitão Poço.

No primeiro trimestre de 2016, foram implantados mais 6 Sistemas Agroflorestais, sendo dois no assentamento Carlos Lamarca nos lotes do Sr. Benedito e outro no lote da Dona Mazé, e 04 situados em Garrafão do Norte, nas propriedades do Sr. Francisco, Sr. José Nildo, Sr. Sidnei das comunidades do Tauari, Pindoal e Galileia, respectivamente, e outro em uma área coletiva da Associação dos agricultores da comunidade do Livramento.

As implantações dos SAFs em 2016 tiveram uma dinâmica diferente das outras, pois foram conduzidas pelos estudantes da disciplina de “Elaboração e avaliação de projetos agroflorestais” e orientadas pelo seu professor. Nestas, os estudantes foram divididos em grupos e fizeram durante todo o semestre letivo o trabalho de elaborar, planejar, e implantar os SAFs de forma participativa e dialogada com cada agricultor.

Foram inúmeras idas e vindas às comunidades, em diálogo constante com o agricultor que sediaria a UD, até o momento da implantação que seria feita em mutirão com outros agricultores da comunidade. O resultado foi muito positivo para o processo educativo dos estudantes pois aconteceu numa estreita interação ensino/pesquisa/extensão, em situações reais e contextos diferenciados em cada implantação.



Porém, exigiu um grande esforço da equipe técnica do NEA, em função da falta de apoio institucional, que usou por inúmeras vezes a premissa da burocracia do serviço público para justificar a falta de interesse em dinâmicas complexas como esta.

Outra atividade significativa, construída pelo NEA com apoio da Rede Nacional de Formação Continuada – RENAFOR e parceiros como o IFPA, EMBRAPA, OCB/PA, EMATER - Irituia e Cooperativa D'Irituia foi a realização de um curso de aperfeiçoamento de 180 horas “Educação do Campo, Território e Sustentabilidade” com a inserção da Agroecologia, Cooperativismo e Sistemas Agroflorestais na formação de 101 professores das escolas do campo, agentes de ater e agricultores/as abrangendo representantes de todas as escolas rurais do município de Irituia, e alguns do município de Capitão Poço e Santa Luzia do Pará.

Diferente de muitas ações formativas da RENAFOR, esta foi realizada nas próprias comunidades e com momentos de intercâmbio em outras experiências já consolidadas. Pois para se avançar em um novo paradigma de sociedade, há que se ter um cuidado especial com as novas gerações e a juventude. E uma estratégia de chegar a estes jovens, seria através de seus educadores. Como indicadores do alcance do objetivo do curso, tivemos como limite explicativo da realidade de muitos professores/as, que também eram agricultores/as, a afirmativa de que “era impossível produzir sem agrotóxicos” e que foram substituídas ao final do curso por depoimentos sobre a “abolição dos agrotóxicos de suas propriedades”, pois se eles/as quisessem sensibilizar seus estudantes, deveriam ser os/as primeiros/as a mostrar que uma agricultura sustentável era possível.

Se de um lado, tem-se toda a vontade e resiliência dos atores sociais com o qual o NEA está vinculado e estreitando uma relação sólida de reciprocidade e confiança; por outro, este novo olhar para a construção do conhecimento a partir da relação universidade/sociedade encontra inúmeras barreiras e limitações institucionais e tem no conservadorismo de setores dentro da universidade forte resistência às mudanças e transformações aqui anunciadas.

Não podemos deixar de registrar que as políticas públicas de fomento e valorização da Agroecologia



implementadas na última década, com destaque para a PLANAPO, trouxeram aos Grupos e Núcleos de Agroecologia dentro das instituições de Ensino Superior, uma maior autonomia e capacidade de caminhar junto deste movimento de mudança, tão necessário à nossa sociedade, principalmente a rural.

Considerações finais

A integração de saberes e valorização das diferentes formas de conhecimento tem fortalecido a construção do conhecimento agroecológico na região de atuação do NEA, bem como qualificado a formação profissional dos estudantes e os preparando para atuarem nas mais diversas situações, não só como técnicos, mas como atores transformadores da realidade na qual estão inseridos, preocupando-se não somente com a vertente econômica dos trabalhos, mas também com a social, cultural, ambiental e política.

Os/as agricultores/as, por outro lado, tem seu modo de vida transformado, pois são estimulados a trabalhar sob outro olhar em relação à natureza e em relações sociais mais recíprocas, com autonomia, passando a ser protagonistas da sua própria história.

O processo de acompanhamento e sistematização destas UD's passa neste momento a ser prioritário ao conjunto de ações do NEA, pois é sabido que o processo de transição agroecológica é gradual e requer atenção, pois a cada dia os/as agricultores/as estão construindo e reinventando novas formas de se trabalhar em seus agroecossistemas, se deparando com situações novas a cada passo desta evolução, e a presença de agentes animadores/facilitadores fará a diferença na consolidação destas experiências como uma estratégia de fato sustentável para a Amazônia.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- CLOVIS CAVALCANTE. **Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia**: bases da economia ecológica. In: As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a



sustentabilidade. Paulo Freire e Dália Maimon (Org.), APED e UFPA, 1994, p.79 – 94.

CODETER. **DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO RURAL DO NORDESTE PARAENSE – PTDRS**. Relatório técnico. Capanema, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 653 p. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2009.

GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi – Prensa, 2000.

NOBRE, A.D. **O Futuro Climático da Amazônia**. Relatório de avaliação científica. Articulação Regional Amazônica. 2014, 40 p.

OLIVEIRA, J. S. R., KATO, O. R., OLIVEIRA, T. F e QUEIROZ, J. C. B. **Evaluation of sustainability in Eastern Amazon under proambiente program**. Agroforest System. 2010

SÁ, T. D. de A.; SILVA, R. O. da. **Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia**. In: VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M. de; SANTOS JUNIOR, R. A. O. (Org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 379-408.

SEVILLA GUZMÁN, E. 2013. **El despliegue de la sociología agraria hacia la Agroecología**. Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible, v. 10, Fundación Cajamar, p. 85-109. abr. 2013. Acesso em: www.cuides.com<<http://www.cuides.com>>, em outubro de 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo ural** In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p 139 - 151.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo – Guia prático DRP**. Brasília: SAF/MDA, 2006.